

Relatório da Reunião do Grupo de Trabalho Espécies Bentónicas VIII&IX Sexta-feira 15 de outubro de 2021 – Videoconferência

Foi observado um minuto de silêncio em memória de Purificación del Carmen Fernández Alvarez.

Serge Larzabal, Presidente do Grupo de Trabalho agradeceu os membros pela sua participação assim como os representantes da Comissão Europeia e dos Estados Membros. O relatório da reunião anterior, bem como a ordem do dia foram validados pela totalidade dos membros.

1. Parecer TAC nº 2022

Os membros foram convidados a comentar as propostas recebidas pelo secretariado para cada uma das unidades populacionais que se seguem. O secretariado recordou que também poderiam ser transmitidos comentários após a reunião, no caso das unidades populacionais que requererem um tempo de reflexão maior.

Javier Lopez (OCEANA) especificou a posição das ONGs ambientais do CC SUL: para a totalidade das unidades populacionais, as ONGs propõem seguir o parecer do CIEM, ou seja, um TAC correspondente ao RMS, quando o valor estiver disponível ou seguir a abordagem de precaução se o valor do RMS não for conhecido. O quadro legislativo é claro, convém tentar alcançar esses objetivos, sabendo que os pareceres do CIEM representam a melhor ciência disponível.

Sergio Lopez (OPP LUGO), Julien Lamothe (ANOP), Santiago Folgar Guttierrez (AVOCANO) e Maria Jose Rico Fernandez (FECOPPAS) reagiram todos a essa posição das ONG, insistindo na firmeza da mesma e na impossibilidade de iniciar um debate construtivo. A sustentabilidade socioeconómica não deve, a seu ver, ser posta de lado, pois o impacto cumulativo de reduções significativas propostas para unidades populacionais correlacionadas não é sustentável para o setor e poderiam ser encontradas soluções intermédias. O CIEM apresenta assim diferentes cenários nesses pareceres, especialmente para as unidades populacionais com avaliação de intervalos de mortalidade. Os membros do setor pediram às ONG ambientais para demonstrarem alguma flexibilidade.

➤ **Pescada Villabd**

David Milly (Pêcheurs d'Aquitaine) comentou que os valores que salientam o impacto socioeconómico de uma redução significativa das possibilidades de pesca deveriam ser incluídos no parecer, nomeadamente do ponto de vista espanhol (sendo o impacto em França relativamente baixo). Em breve, estará disponível uma ferramenta destinada a avaliar os impactos socioeconómicos das medidas de gestão. Sergio Lopez (OPP LUGO) indicou que a sua frota dependia a 90% desta espécie.

Jean-Marie Robert (Pêcheurs de Bretagne) afirma que poderia ser contemplada uma redução menor, mantendo-se no intervalo de mortalidade, com a biomassa em bom estado, não o considerar seria contrário ao plano de gestão das águas ocidentais. Seriam necessários pareceres científicos sobre os impactos socioeconómicos.

➤ **Pescada VIIIc IXa**

Nenhum comentário adicional

➤ **Linguado VIIIab**

Luis Francisco Marin (OPPAO) sublinhou o quão importante era não separar as espécies em diferentes TAC, o que levaria à implementação de "micro-quotas" face às atuais possibilidades de pesca. Luis Francisco Marin também interrogou a Comissão Europeia relativamente à data de publicação das propostas para as unidades populacionais comuns com o Reino-Unido. Ursula Krampe (DG MARE) indicou então que seriam publicadas aproximadamente no dia 10 de dezembro.

David Milly (Pêcheurs d'Aquitaine) comentou que os profissionais tentavam determinar medidas adicionais para conter a redução crónica do recrutamento, contudo, os elementos ambientais também devem ser considerados. Será igualmente importante apresentar valores socioeconómicos.

➤ **Areiro VIIIabd/Tamboril VIIIabd**

Nicolas Michelet (CNP MEM) salientou o quão importante era conservar as flexibilidades interzonais já implementadas para estas unidades populacionais.

➤ **Areiro VIIIc /Tamboril VIIIc**

Nenhum comentário adicional

➤ **Badejo VIII&IXa**

Nenhum comentário adicional

➤ **Juliana VIII**

Jean-Marie Robert (Pêcheurs de Bretagne) realçou o aspeto arbitrário de uma redução automática de 20% das possibilidades de pesca sob o pretexto do princípio de precaução. Uma comunicação da Comissão Europeia de 2000 indicava, no entanto, que o princípio de precaução não devia, em caso algum, levar a tais decisões arbitrárias, aplicando-se apenas em caso de riscos potenciais: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/FR/TXT/?uri=LEGISSUM:I32042>

➤ **Solha VIII&IXa**

Não estando o representante da AD API presente, ficou acordado que CNP MEM e AD API debateriam para encontrarem uma posição comum.

Nicolas Michelet (CNPMEM) salientou o quão difícil era limitar-se a uma abordagem unidade populacional por unidade populacional relativamente ao badejo, à juliana e à solha. Na sequência de reduções significativas em 2020 para a unidade populacional do badejo (levando o TAC ao nível das capturas) e da solha (cerca de 50%), encontramos agora numa situação de tensão. O pedido feito relativamente à juliana deve, por conseguinte, ser considerado tendo em conta essas unidades populacionais, pois a gestão dessas unidades populacionais afeta a mesma frota e os mesmos navios. A metodologia aplicada para o princípio de precaução acarreta grandes dificuldades e já não faz sentido; trabalhamos com a Aglia para melhorar os conhecimentos acerca das unidades populacionais de categoria 5.

Ursula Krampe (DG MARE) recordou que a Comissão está consciente dos problemas que se prendem com a aplicação do princípio de precaução e as pescarias mistas, mas estão definidas regras no artigo 5 do plano que determinam as ações da Comissão: a levada em consideração das situações de "choke", a falta de dados. Afirmou ouvir muitas vezes que as faltas de dados se devem à falta de contribuições dos pescadores; os dados têm de chegar ao CIEM, talvez se deva realizar este trabalho para melhorar a transferência dos dados.

Jean Marie Robert (Pêcheurs de Bretagne) reagiu à intervenção de Ursula Krampe, especificando que a falta de dados não se deve a uma falta de declarações por parte dos profissionais, o que a intervenção da Comissão poderia dar a entender. A falta de dados deve-se, na opinião de Jean-Marie Robert, à falta de meios humanos nos institutos científicos, para proceder a medidas.

2. Atualidades do Grupo de Estados Membros Sul

Juan-Antonio Espejo Lena (Administração espanhola) recordou o trabalho efetuado pelo Grupo de Estados Membros em 2021, com cinco temas constantes do programa: os planos de rejeições, as capturas acidentais de cetáceos, a definição da pesca dirigida, a lagosta castanha e, por fim, o goraz. Juan-Antonio Espejo Lena prestou esclarecimentos sobre cada uma destas temáticas sobre as quais os membros do CC SUL puderam reagir:

Plano de rejeições: A única isenção à obrigação de desembarque que requeria uma justificação para ser mantida este ano era a raia-de-dois-olhos, tendo-a o grupo de Estados Membros conseguido, o ato delegado deverá estar disponível em breve - o que Ursula Krampe (DG MARE) confirmou.

Capturas acidentais de cetáceos: o Grupo de Estados Membros trabalhou, a fim de alcançar os objetivos da sua recomendação conjunta de 2020, elaborando um modelo que permite uma harmonização dos dados e uma transmissão regular. O trabalho deve ser prosseguido, para os dados se poderem analisar.

Serge Larzabal (CNPMEM) indicou saber que a Comissão tinha enviado uma carta relativamente a este assunto ao Grupo de Estados Membros; seria interessante os membros

do CC SUL terem conhecimento da mesma. Juan-Antonio Espejo Lena indicou que a carta deveria ser discutida em High Level Group antes de poder ser transmitida ao CC SUL.

Em resposta a Santiago Folgar Guttierrez (AVOCANO), Ursula Krampe (DG MARE) lembrou que a Comissão tinha, por várias vezes, referido que as propostas emitidas na recomendação conjunta acerca dos cetáceos não eram suficientes; a Comissão não considera que estejamos "no caminho certo", mesmo se reconhece o trabalho efetuado e a falta de dados.

Face à temporada de inverno que se aproxima e a avaliações científicas nitidamente negativas da recomendação conjunta, como o expressou a Comissão, Andrea Ripol (Seas at Risk) interrogou os Estados Membros acerca do seu plano de ação para prosseguir? Juan-Antonio Espejo Lena indicou que uma resposta só poderia ser dada após a reunião do High Level Group, na semana seguinte.

Julien Lamothe (ANOP) insistiu na necessidade de levar os debates de forma objetiva, estando a decorrer trabalhos sobre a população dos golfinhos, cuja abundância não tem vindo a ser reduzida desde há 10 anos.

Definição da Pesca Dirigida: este é um trabalho realizado pelos Grupos de Estados Membros. O Grupo SUL transmitiu as informações em falta à recomendação anterior em Maio de 2021. Todavia, em julho, a Comissão indicou ser necessário mais trabalho.

Julien Lamothe (ANOP) indicou que, a seu ver, os trabalhos sobre a pesca dirigida progrediam dificilmente, tendo a Comissão a sua própria avaliação.

Maria Moset (DG MARE) disse que a Comissão Europeia trabalhava com o CSTEP e consultas específicas, sendo, no entanto, necessário continuar a trabalhar, pois ainda não foi encontrada uma solução satisfatória, mas a Comissão compromete-se a continuar a participar e a dedicar-se ao assunto.

Goraz: as propostas do Grupo de Estados Membros foram aceites e incluídas num ato delegado sem qualquer modificação.

Nicolas Fernandez Munoz (OP CONIL) salientou a situação específica do Golfo de Cádiz, devido à proximidade com Marrocos no Estreito de Gibraltar; essas dificuldades deveriam ser tidas em consideração nos estudos. Juan-Antonio Espejo Lena indicou, contudo, que a recomendação conjunta elaborada pelo Grupo de Estados Membros abrange somente as zonas CIEM VI, VII e VIII, não estando, por conseguinte, o Golfo de Cádiz incluído.

Lagosta castanha: a pedido do CC SUL, o Grupo de Estados Membros estudou a possibilidade de harmonizar o tamanho mínimo à escala regional (de 9,5 para 11 cm). No entanto, a administração portuguesa recusou esta proposta, alegando uma incidência demasiado grande no seu mercado.

Serge Larzabal (CNPMEM) lembrou que, aquando do grupo de trabalho do CC SUL sobre este assunto, havia um consenso relativamente à harmonização do tamanho, tendo, para além disso, o parecer emitido, sido aprovado com consenso. Contudo, os problemas de mercado podem ser entendidos, mesmo se foi precisamente esse argumento que levou a França a modificar o tamanho para 11 cm. Pode Portugal contemplar um tamanho mínimo de 11 cm para a exportação?

Maria Moset (DG MARE) agradeceu o CC SUL pelo parecer 148 e recordou que, efetivamente, tal modificação devia ser feita através de uma recomendação conjunta. Maria Moset também recordou que um relatório sobre o Regulamento Medidas Técnicas e a sua implementação atual tinha acabado de ser publicado, pelo que recomendava a consulta do mesmo aos membros. Muito em breve, será publicado um plano de ação em complemento do relatório.

Francisco Portela Rosa (VIANAPESCA) salientou que concordava com um aumento do tamanho mínimo do lagostim, sendo este também o parecer da IPMA, na sua opinião; não tem conhecimento das dificuldades de mercado evocadas.

Alda Centeio (Administração portuguesa) lembrou que, em 2001, a legislação portuguesa previa um tamanho mínimo de 11 cm para a lagosta, todavia, modificou-o, passando-o uns anos depois, para 9,5 cm. Atualmente, na sequência do parecer do CC SUL, o setor português indicou-lhe que aumentar o tamanho mínimo não apresentava interesse: a introdução de lagosta proveniente de Marrocos já é difícil de gerir para o nosso mercado, pelo que um aumento do tamanho mínimo viria reforçar este problema. Gualberto Costa Rita (Federação dos Açores) indicou que, de facto, um aumento do tamanho não lhe parecia contemplável do ponto de vista do mercado, especialmente nos Açores.

Finalmente, Juan-Antonio Espejo Lena indicou que o próximo "High Level Group" teria lugar na semana seguinte, sendo aí abordada a questão dos cetáceos.

3. Projeto de Parecer Artigo 6 do Plano de Gestão

Chloé Pocheau (Secretariado do CC SUL) recordou brevemente os objetivos desse parecer: a realização de estudos relacionados com as partes envolvidas para determinar opções que possibilitariam limitar as variações anuais das possibilidades de pesca.

Julien Lamothe (ANOP) lembrou a posição francesa: consolidar uma metodologia de trabalho coerente entre os conselhos consultivos e os cientistas relativamente a este assunto, estabelecer um quadro de trabalho - o que já foi feito no passado (exemplo do linguado) - para se proporem elementos concretos, sendo esta a própria essência dos conselhos consultivos, a seu ver. Serge Larzabal (CNPMEM) também concordou com esse aspeto: os membros do CC SUL gostariam de ser proativos.

Ursula Krampe (DG MARE) agradeceu a proposta e realçou que esse trabalho estava a ir no bom sentido. Contudo, Ursula Krampe emitiu algumas reservas relativamente às unidades populacionais partilhadas.

Ursula Krampe ainda lembrou que a Comissão trabalhava com o CIEM e não com o CSTEP relativamente a essas questões.

Julien Lamothe (ANOP) reagiu, indicando pretender aguardar a resposta escrita da Comissão relativamente a este ponto. Julien Lamothe lamenta que o CSTEP seja cada vez menos consultado, pois os pareceres do CIEM não levam em consideração os aspetos socioeconómicos, ora a sustentabilidade é um ponto relevante da PCP.

4. Apresentação da Consulta PCP

Chloé Pocheau (Secretariado do CC SUL) apresentou aos membros uma nova ferramenta de consulta denominada 'PadLet', a qual, com o acordo do Presidente e do Presidente de Grupo será utilizada para preparar os pareceres relativos a uma eventual reforma da PCP. Será implementada uma primeira fase de consulta até 3 de novembro, através dessa ferramenta, cujas instruções de utilização foram apresentadas durante a reunião e podem ser descarregadas no site do CC SUL.

Esta ferramenta permite a publicação de "Post 'It" bem como reagir aos comentários já publicados, pois o secretariado espera, assim, dinamizar o processo de consulta e facilitar a participação de todos.

Será realizado um primeiro balanço durante o Comité Executivo de 9 de novembro.

Nicolas Fernandez Munoz (OP CONIL) realçou, segundo a sua experiência, que este método era simples, muito claro e possibilitava uma participação mais fácil.

Maria Moset (DG MARE) indicou achar esta ferramenta muito interessante, pois permite levar em consideração todas as opiniões, pelo que congratula o CC SUL pela iniciativa. Maria Moset recordou que, de facto, estava esperado um relatório sobre o funcionamento da PCP para finais de 2022.

BALANÇO:

- Os membros serão convidados a completarem o parecer TAC 2022 antes do Comité Executivo de 9 de novembro, em que será analisada a sua validação.
- O parecer sobre o Artigo 6 do Plano de Gestão será apresentado ao Comité Executivo no seu estado atual.
- A consulta "Padlet" sobre a PCP está aberta até 3 de novembro, sendo, em seguida, apresentado um primeiro balanço ao Comité Executivo para decidir dos próximos passos dos trabalhos.



6 rue Alphonse Rio • 56100 Lorient
+33 297 83 11 69 • info@cc-sud.eu
www.cc-sud.eu

- Os membros foram informados das atualidades do Grupo de Estados Membros, estando, nomeadamente ainda a decorrer os debates relativos aos cetáceos.

